



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Max Weber

Michele Filippini

Como citar: FILIPPINI, M. Max Weber. *In:* PASSOS, R. D. F dos; ARECO, S. M. (org.). **Gramsci e seus contemporâneos**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 115-144.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2017.978-85-7983-881-1.p115-144>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

MAX WEBER

*Michele Filippini*¹

A relação entre Antonio Gramsci e Max Weber é uma relação indireta, no sentido que ela não pode ser reconstruída com base nos encontros pessoais ou nas poucas referências explícitas do primeiro ao segundo (Weber morre quando Gramsci inicia sua atividade). Isso não impede, todavia, de se reconstituir um traço teórico comum que ambos, a partir de posições políticas e subjetivas diversas, identificaram na crise política da ordem liberal do século XIX-XX.

A investigação dessa relação, através dos escritos que eles nos deixaram, deve então partir necessariamente de uma consideração geral: ambos questionaram a natureza política daquilo que não é normalmente considerado como eminentemente político, a saber, a *sociedade* em si como um campo de forças, durante um período de transformações epocais seja na forma como nos conteúdos da justificação do poder político. De forma mais geral, pode-se dizer que para isso Weber utilizou o conceito de legitimidade e Gramsci o de hegemonia; e mais particularmente, ambos interessaram-se pelo fenômeno da burocratização e pela figura do intelectual/funcionário. Este estudo levou-os a refletir sobre um conceito novo de *poder*, determinado a partir das tensões que se geram no âmbito social e que têm um significado eminentemente político, assim como um efeito sobre a organização do poder político em todas as suas formas, sobretudo nas formas institucionais. Tratando do entrelaçamento entre a resistência das formas institucionais e a força necessária ao projeto político para modificá-las, ambos identificaram

¹ Tradução: Sabrina Areco.

uma *mudança antropológica* no homem moderno traçando um possível destino que oscila entre uma passividade mecânica e uma nova forma de liberdade. Por isso, ambos dedicaram grande interesse às novas formas de produção massificada e ao modelo americano de organização do trabalho e da sociedade. Ambos, um a partir de uma sólida posição burguesa e o outro comunista, procuraram tratar do *advento do social* em seu próprio campo, reformulando os pressupostos de suas próprias tradições de pensamento, o liberalismo burguês e o comunismo marxiano-leninista.

O primeiro núcleo forte de pensamento que os dois compartilham refere-se aos processos de burocratização, entendidos em seu sentido mais amplo. A contribuição de Weber para uma definição de um paradigma teórico para a moderna forma burocrática de organização do poder é sintetizada em algumas partes de sua grande obra póstuma: *Economia e sociedade* (WEBER, 1999). O tema da “crescente burocratização” e dos seus efeitos na condução da vida representa uma das teses principais de seu trabalho. O desenvolvimento do poder burocrático muda o fundamento da legitimidade do domínio estatal, que passa de um poder legitimado pela tradição para um baseado na legalidade formal dos procedimentos, ou seja, «na crença da legalidade das ordenações instituídas e no direito de domínio que são chamados a exercer o poder (poder legal) de acordo com elas» (WEBER, 1999, v. I, p. 210). Esta forma determinada de legitimidade investe algumas figuras com o poder de domínio, baseado na instituição da lei, criando assim um «tipo ideal» específico, aquele do «funcionário». Este poder burocrático, que se baseia em uma legitimação legal-racional, é para Weber «um inevitável fenômeno colateral da moderna democracia *de massa*», e como tal chega ao poder «na base de um *nivelamento*, ao menos relativo, *das diferenças econômicas e sociais* na importância que possuem para o exercício das funções administrativas». O funcionário age então «sem considerações pessoais» (WEBER, 1999, v. I, p. 76), favorecendo o processo no qual «a realização consequente do poder burocrático significa o nivelamento da “honra” de classe». O processo de democratização está assim, a montante e a justante, no desenvolvimento burocrático, é uma premissa e ao mesmo tempo consequência mesmo se os dois fenômenos possam encontrar-se em oposição uma vez sedimentados os específicos aparatos de poder:

[...] a democratização – prossegue Weber – é na verdade um terreno particularmente favorável ao fenômeno da burocratização mas [...] devemos examinar ainda repetidamente que a “democracia” enquanto tal – não obstante e em função de sua inevitável, mas não desejável, exigência de burocratização – é adversária do “poder” da burocracia (WEBER, 1999, v. I, p. 90).

Portanto, os dois *poderes* podem estar em conflito entre si enquanto os dois *processos* têm uma afinidade substancial que consiste no nivelamento dos dominados, na igualdade resultante da comum submissão a uma autoridade: «a “democratização”, no sentido aqui utilizado, não deve significar um aumento necessário de participação ativa dos dominados no poder da formação social em questão». O processo ao centro da análise weberiana é, ao contrário, aquele da «democratização “passiva”», vinculado à «“igualdade jurídica” dos dominados» e não à participação destes no poder (WEBER, 1999, v. I, p. 85-86).

A ascensão do poder burocrático e da figura do funcionário, assim como a democratização passiva, são elementos também abordados, ainda que de modo menos sistemático, nas notas gramscianas dos *Quaderni del carcere*. Antes de assinalar as continuidades e diferenças entre as duas análises convém fixar alguns pontos de partida desta relação: Gramsci tinha no cárcere (mas apenas a partir de 1934) uma antologia de textos organizada por Robert Michels chamada *Politica ed economia* [Política e economia], na qual foram traduzidos trechos de *Economia e sociedade* sobre *Tipos de poder* e sobre *Carisma*;² possuía e cita repetidamente o texto de 1918 *Parlamento e governo na Alemanha reordenada*, assim como o ensaio *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.³ É também muito provável que durante sua estadia em Viena entre 1923-24 Gramsci tenha lido algumas das obras de Weber, que havia falecido há pouco tempo,

² Os textos correspondentes da edição italiana são: *I tipi del potere*, cap. III de Max Weber, *Economia e società*, Vol. I, a cura di Pietro Rossi, Edizioni di comunità, 1999, p. 207-97 e *Il potere carismatico e la sua trasformazione*, primeira parte da seção V do cap. VIII em Max Weber, *Economia e società*, Vol. IV, cit., p. 218-39 (a tradução não se reporta ao texto inteiro, mas salta frases inteiras ou períodos).

³ Gramsci possuía no cárcere a seguinte versão: Max Weber, *L'etica protestante e lo spirito del capitalismo*, tradução de Piero Buresi, publicada de forma fracionada em *Nuovi studi di diritto, economia e politica*, IV, nn. 3-4 (maio-agosto) 1931, p. 176-223; 5 (setembro-outubro) 1931, p. 284-311; 6 (novembro-dezembro) 1931, p. 369-96; V, nn. 1 (janeiro-fevereiro) 1932, p. 58-72, e 3-4-5 (maio-outubro) 1932, p. 179-231.

entra as quais a famosa conferência *A política como vocação*.⁴

Gramsci aborda a questão da burocracia em numerosas passagens dos *Quaderni*. Em uma breve nota do caderno 8 (1931-32) fez emergir uma abordagem comum à reflexão weberiana e que, ainda que tenha certamente motivações diferentes, percorre o mesmo terreno da crise de legitimidade da política e do Estado.

Maquiavel. História da burocracia. O fato de que o desenvolvimento histórico e das formas econômicas e políticas tenha formado o tipo de funcionário técnico tem uma importância primordial. Foi uma necessidade ou uma degeneração, como sustentam os liberistas? Cada forma de sociedade teve o seu problema sobre os funcionários, o seu modo de colocar e resolver a questão, seu sistema de seleção e o seu “tipo” de funcionário a educar. Examinar o desenvolvimento de todos esses elementos é de importância capital. Em parte esse problema coincide com o problema dos intelectuais. (Q 9, 21, p. 1109).

A nota apresenta potentes ecos weberianos. Emerge a questão sobre se a formação do «tipo de funcionário técnico» seria uma *necessidade* ou uma *degeneração* do «desenvolvimento histórico e das formas econômicas e políticas». É evidente como para Gramsci o problema da criação de um grupo de funcionários dedicados à administração da “vida organizada” representa essencialmente uma *necessidade*, constatada na asserção de que «cada forma de sociedade teve o seu problema sobre os funcionários». Gramsci reafirma essa posição em uma nota sucessiva, quando o problema que se coloca não é mais aquele da necessidade da burocracia (agora, escreve, «burocracia tornou-se necessidade»), mas sim aquele da relação entre burocracia e política: «a questão deve ser colocada sobre a formação de uma burocracia honesta e desinteressada, que não abusa de sua função para se tornar independente do controle de sistema representativo» (Q 8, 55, p. 974). E ainda mais adiante, em uma nota do caderno 14 (1932-35) que trata da crítica ao parlamentarismo, diz:

Que o regime representativo possa politicamente “incomodar” a burocracia de carreira se compreende, mas essa não é a questão. A questão é se é [o] regime representativo e de partidos, ao invés de

⁴ Gramsci transfere-se de Moscou à Viena em novembro de 1923 e permanece até maio de 1924 com o objetivo de intensificar e coordenar o trabalho político do PCd'I na Itália, não podendo retornar em razão de um mandado de prisão emitido contra ele em fevereiro de 1923.

ser um mecanismo idôneo para escolher os funcionários eleitos que integram e equilibram as burocracias nomeadas, para impedir [essas] que se petrifiquem, se tornou um obstáculo e um mecanismo inverso e por quais razões. De resto, mesmo uma resposta afirmativa a esta pergunta não exaure a questão: porque, mesmo que admitido (o que é de se admitir) que o parlamentarismo tornou-se ineficiente e mesmo danoso, não se pode concluir que o regime burocrático seja reabilitado e exaltado. (Q 14, 49, p. 1708).

Paralelamente à crítica das degenerações burocráticas do parlamentarismo e do regime representativo, Gramsci direciona sua atenção à progressiva burocratização da atividade política como fator epocal e irresistível da nascente política de massa. Caso se pretenda estudar a “forma partido”, escreve Gramsci, «é preciso distinguir: o grupo social; a massa do partido; a burocracia ou estado maior do partido. Esta última é a força consuetudinária mais perigosa: caso se organize como um corpo em si, solidário e independente, o partido termina por se tornar anacrônico». A perda da «base social histórica» do partido e de sua capacidade de “aderência” com o real conduz à «crise dos partidos», que não obstante mantém ainda um papel central na vida política.

Ainda que não se possa atribuir a Gramsci o mérito de ter encontrado uma solução para a complexa relação entre democracia e burocracia, é preciso reconhecer seu mérito de ter tratado pela primeira vez, ao menos no campo marxista, da espinhosa questão. O conflito entre poder burocrático e democrático, esse último na forma burguesa da representação parlamentar, é para Gramsci inerente ao desenvolvimento da sociedade moderna e uma tendência de longa duração com a qual também os comunistas deverão lidar. O aspecto “inelutável” do confronto de poderes foi reconhecido também por Weber, que havia identificado como marca característica e *necessária* do mundo contemporâneo a «*organização* rigorosamente *racional* do trabalho sob o terreno da *técnica racional*». Para Weber «a ampliação da “socialização” significa inevitavelmente a ampliação da burocratização» (WEBER, 1982, p. 82), porque «a burocracia, em relação aos outros fatores históricos do moderno ordenamento racional da vida, distingue-se por sua muito maior *indispensabilidade*» (WEBER, 1982, p. 91).

A resposta de Weber ao problema da relação entre burocracia e sistema representativo é classicamente liberal, ou seja, o fortalecimento do parlamento «sobre os qual crescem e emergem, no curso da seleção, a qualidade de chefe não no sentido meramente demagógico, mas autenticamente *político*» (WEBER, 1982, p. 114). Gramsci, como veremos, de uma perspectiva marxista delega sua atenção à fratura de classe que a burocracia incarna e reproduz. O seu ponto de partida é a reflexão sobre a fragilidade dos partidos políticos italianos e seu isolamento das massas, que é crônico «do *risorgimento* em diante» (Q 3, 119, p. 386). Dez anos antes, em seu *Parlamento e governo* também Weber refletia sobre a fragilidade da burguesia alemã no período guilhermista, e a referência ao texto do sociólogo alemão é explicitada ao fim da nota gramsciana. Mas se na Alemanha a imaturidade da classe burguesa e a sua inabilidade no governo eram atribuídas ao papel paternalista historicamente desempenhado por Bismarck, para Gramsci a situação italiana caracterizava-se pelo fato de que

[...] o governo atuou como um “partido”, ele é colocado acima dos partidos não para harmonizar os interesses e as atividades no quadro permanente da vida e dos interesses estatais nacionais, mas para desagregá-los, para destacá-los das grandes massas e ter “uma força de sem-partido ligada ao Governo por vínculos paternalistas de tipo bonapartista-cesarista” (Q 3, 119, p. 387).

A referência ao governo, neste caso, deve ser lida como referência à burocracia, como Gramsci esclarece logo em seguida: «a burocracia assim se separava do país, e através de posições administrativas transformava-se em um verdadeiro partido político, e o pior de todos porque a hierarquia burocrática substituía a hierarquia intelectual e política: a burocracia se convertia precisamente em partido estatal-bonapartista» (Q 3, 119, p. 388). Gramsci trata então do caráter mecânico e brutal da burocracia italiana reconduzindo-a para sua composição social, ou seja, identificando os estratos sociais para os quais «a carreira militar e burocrática» é «um elemento muito importante da vida econômica e da afirmação política». Reconstrói, em seguida, essa determinada função social e a «psicologia que é determinada para esta função». Trata-se, no caso, da «pequena e média burguesia rural», habituada a «comandar politicamente», mas «não “economicamente”», não tendo funções econômicas mas apenas rendas

parasitárias decorrentes da «bruta» propriedade», «vive sobre a miséria crônica e o trabalho prolongado do camponês»: uma pequena burguesia formada por «mortos de fome» (Q 3, 46, p. 224-5), habituada há séculos à repressão de toda organização do trabalho camponês. Um estrato social de crucial importância na história da Itália e que ao se tornar burocracia adquire uma função diretiva específica e que pode coincidir, ao menos em seus fundamentos, com a «vontade [...] da classe alta»: Gramsci precisa então que «nesse sentido deve-se entender a função diretiva deste estrato, e não em sentido absoluto: todavia, isso não é pouca coisa» (Q 4, 66, p. 510).

Tal problemática sobre o papel dos funcionários permite a Gramsci criticar a «ideologia liberal», que tem como sua principal fragilidade a recusa em lidar com o problema da «cristalização do pessoal dirigente que exerce o poder coercitivo e que em um determinado ponto transforma-se em casta». Esta crítica é retomada também a propósito da definição de «centralismo burocrático»:

[...] nos Estados, o centralismo burocrático indica que está formado um grupo restrito privilegiado que tende a perpetuar seus privilégios regulando e mesmo sufocando o nascimento de forças em conflitos na base, ainda que estas forças tenham interesses homogêneos aos interesses dominantes (exemplo, o protecionismo em luta com o liberismo). (Q 9, 68, p. 1139).

Essas considerações têm como referência polêmica principal as ideologias liberais que entendem o Estado como «*veilleur de nuit*», como «um Estado cujas funções são limitadas à tutela da ordem pública e ao respeito das leis», e que se recusam a assumir a dimensão epocal das transformações estruturais provocadas pela organização burocrática e estratificação dos níveis de poder na sociedade: «não se insiste sobre o fato de que, nesta forma de regime (que nunca existiu senão como hipótese-limite, no papel), a direção do desenvolvimento histórico pertence às forças privadas, à sociedade civil, que são também “Estado”, na verdade o próprio Estado» (Q 26, 6, p. 2302). Gramsci amplia a base do Estado (BUCI-GLUCKSMANN, 1976, fala de “Estado ampliado”) para todas as formas organizadas da vida civil, para as burocracias estatais, consideradas muito mais do que um simples “braço executivo” do poder político, e

mesmo para os partidos políticos, descrevendo um «Estado em sentido mais orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil)» (Q 6, 87, p. 763).

O liberalismo do século XIX falhou estruturalmente ao tratar deste problema e este é um limite fortemente enfatizado por Gramsci, mas o desafio também deixa em aberto a questão de “como” o comunismo, entendido como um movimento *e* como futura sociedade comunista, pode lidar com o processo de burocratização. Weber, «burguês dotado de consciência de classe»,⁵ é o autor liberal que mais avançou na busca de uma via para a superação da “gaiola da burocratização” e na tentativa de tratar destas transformações conciliando liberalismo e burocratização, e resolve a antinomia permanecendo com os pés firmemente fincados na tradição liberal, chegando a recuperar desta última sua margem extrema, a saber, sua abertura carismática (FERRARESI, 2003, p. 418-24; NEGRI, 1967, p. 450).

Retornando às citações gramscianas, encontramos a afirmação de que o problema dos funcionários «em parte [...] coincid[e] com o problema dos intelectuais», isto é, de como o discurso sobre os intelectuais é *também* um discurso sobre o papel das figuras nomeadas para a reprodução das relações sociais e manutenção da ordem. Os funcionários, os intelectuais, são neste caso «os “prepostos” do grupo dominante», utilizados para as «funções [...] organizativas e conectivas», são os elementos necessários «para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político» (Q 12, 1, p. 1519). Formam assim a cadeia de transmissão do aparato estatal e dependem do «grupo dominante», no sentido em que não representam um grupo autônomo em relação aos detentores do poder, ainda que não tenha sido criado e imposto por esse grupo. Mas, ao contrário, o domínio do grupo dominante depende dele. Gramsci sublinha como «cada relação nova de propriedade teve necessidade de um novo tipo de funcionário» (Q 9, 21, p. 1109) e, ao apontar a indispensabilidade desta figura, como já afirmado aqui, busca tematizar o que será um problema central nos anos que se seguirão: a relação entre socialismo e burocratização. Weber, por sua vez, advertiu que «em um estado moderno o poder real não se exercita nem

⁵ Max Weber, carta para Robert Michels de 6 de novembro de 1907, cit. in Wolfgang J. Mommsen, *Max Weber e la politica tedesca. 1890-1920*, Il mulino, Bologna 1993, p. 190.

nos discursos parlamentares e nem nas enunciações dos soberanos, mas no uso cotidiano da administração e está necessariamente e inevitavelmente nas mãos da burocracia» (WEBER, 1982, p. 80). Como consequência deste dado, abordou os princípios que informam esta organização do poder e o tipo ideal que ela representa, o funcionário, chegando assim a conclusão de que « trata-se de algo inevitável com o qual, prioritariamente, também o socialismo deverá confrontar-se» (WEBER, 1998, p. 109).

Em suma, pode-se dizer que Gramsci assume plenamente o fato de que a organização de um corpo de funcionários diferenciados pela especialização técnica é a característica dos modernos sistemas de domínio e partindo de tal fato tenta reformular as formas de luta política.

O “tecnicismo” político moderno mudou completamente depois de 48, depois da expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e de partido, da formação de vastas burocracias estatais e “privadas” (político-privada, de partido e sindicais) e das transformações ocorridas na organização da polícia em sentido amplo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da delinquência, mas do conjunto de forças organizadas pelo Estado e pelos privados para tutela o domínio [político e econômico] da classe dirigente. Nesse sentido, partidos “políticos” e outras organizações econômicas ou de outro gênero devem ser considerados organismos de polícia política de caráter “repressivo” e “investigativo”. (Q 9, 133, p. 1195).

Gramsci exprime nesta citação a constatação que «se reproduz neste campo a mesma situação estudada a propósito da fórmula jacobina de tipo 1848 da “revolução permanente”», ou seja, a passagem de uma estratégia de “assalto” para a fórmula de «hegemonia civil». Portanto, é o reforço do domínio estatal, como efeito da burocratização tanto do Estado como das organizações “privadas” como partidos e sindicatos, o ponto fundamental em torno do qual orbitam as considerações gramscianas. E sob esse plano nota-se também a forte simetria entre a conceitualização da “democratização passiva” em Weber e a de “revolução passiva” em Gramsci. Weber escreve como uma democracia sem parlamento, ou seja, sem seleção dos chefes e, portanto, sem o elemento “político”, produziria uma «*democratização exclusivamente passiva* [que] seria uma forma absolutamente pura do *poder burocrático livre de controles*» (WEBER, 1982, p. 168). Gramsci por sua vez chama de «revolução passiva [a] ausência de uma iniciativa popular

unitária no desenvolvimento da história italiana», reafirmando a força dos processos impostos pelo alto da política subjetiva das massas. Para um como para outro, a passividade das massas na construção da história é resultado daquele potente processo de disciplinamento que investe todos os campos da existência humana. Ambos tratam desse processo de «disciplinamento social» através da categoria de *passividade*: mas, se para Weber o dilema que permanece é aquele “democrático”, que se interessa então pelas mutações de longo período nos termos da liberdade individual, para Gramsci o dilema torna-se em vez disso “revolucionário”. A diferença terminológica esconde uma substancial diferença política: Gramsci empenhava-se na tentativa de articular um conceito de revolução à altura das transformações em curso, que leve em conta os “grupos tradicionais” e seu peso específico, sua força para modificar o êxito da revolução e sua capacidade de se manter no poder mesmo diante de crises momentâneas. A revolução sofre então em Gramsci uma abertura conceitual à “realidade do presente”, não nos termos de uma mediação com os grupos tradicionais, mas no sentido realistas de assumir a novidade epocal da solidez da sociedade civil que se vislumbra por trás da «oscilação do Estado» (Q 7, 16, p. 866).

As soluções resultantes das análises de Weber e Gramsci são, portanto, diferentes. Em Weber, o homem político capaz de lidar com as transformações do presente é descrito em termos trágicos: é essencialmente o homem heroico que pode compatibilizar carisma e burocracia. Em Gramsci o resultado é mais construtivo, avançando para a definição de um novo tipo de intelectual que combine os elementos técnicos com aqueles mais estritamente políticos e manifestos por meio da ligação com o seu grupo social. A famosa distinção gramsciana entre intelectuais tradicionais e intelectuais orgânicos pode também ser lida como uma distinção entre *função técnica* e *função política do intelectual*. Os intelectuais tradicionais representam a capacidade técnica de manter a estrutura formal de domínio e ao fazê-lo executam a função política da manutenção desta ordem. Os intelectuais orgânicos, por sua vez, são a especialização técnica de um grupo social em ascensão que reivindica para si o poder político. A novidade da análise gramsciana situa-se na constatação do duplo papel político e indispensavelmente técnico desta figura no panorama moderno. Os «intelectuais orgânicos», ou melhor, os novos intelectuais que o grupo

em ascensão deve ser capaz de fazer emergir, devem aspirar tanto o papel “técnico” na relação com o grupo social ao qual está vinculado como também a direção política da sociedade, somando assim função política e técnica - essa vinculada ao trabalho industrial.

O tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é dado pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. [...] No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual. [...] O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanentemente”, já que não apenas orador puro — mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político) (Q 12, 3, p. 1551).

É o «dirigente», o «especialista + político», o horizonte que Gramsci vislumbra para uma nova estratégia de longo curso (cfr. também Gramsci, 1970, p. 150). Para conseguir romper o domínio burocrático com os seus sedimentos e os seus intelectuais tradicionais e para poder fazer política revolucionária, deve-se somar a capacidade política de direção com a necessidade técnica de um estrato especializado de intelectuais “dirigentes”. Em Weber essa dualidade apresenta-se como conflito entre éticas diversas: «o espaço da ação política [...] de um lado, encontra seu próprio extremo na rotina burocrática, na racionalidade conservadora, na técnica de administração; e de outro, no ímpeto desenraizante da “revolução permanente”» (CACCIARI, 2006, p. XXX). Em Gramsci o conflito entre as duas éticas não é tematizado, mas amplamente estimulada a “soma” dos dois elementos, o «especialista + político», como única resposta possível à exigência de reativação da política (revolucionária) no presente.

Na conclusão desta primeira reconstrução pode-se destacar que os elementos aqui acenados fazem parte de uma possível *assunção* de Gramsci do discurso weberiano sobre burocracia, o que significaria a colocação de alguns nós conceituais weberianos no âmbito do projeto gramsciano de uma “sociologia do político”. Podemos assim sintetizar esses nós: 1) a identificação do funcionário como «tipo», ou seja, como figura específica da

racionalização burocrática, 2) o reconhecimento da superioridade técnica do funcionário burocrático e, portanto, de sua indispensabilidade e 3) o problema da relação da burocracia e política na época da burocratização universal.

Uma diversa perspectiva para observar a relação Gramsci-Weber e que identifica outro núcleo forte do pensamento em torno do qual os dois autores se interrogam é o *americanismo* como novo sistema produtivo e de organização social. *Americanismo e fordismo* é um caderno muito importante no qual Gramsci confronta-se com um problema central que se pode preliminarmente formular deste modo: a moderna «racionalização do trabalho» (Q 22, 11, p. 2164) e os efeitos que esta tem sobre um «novo modo de vida» (Q 22, 15, p. 2179) e sobre a criação de um «tipo novo de trabalhador e de homem» (Q 22, 11, p. 2165). Vista desta perspectiva, as notas gramscianas sobre americanismo e fordismo lembram as notas muito menos conhecidas de Max Weber sobre a psicofísica do trabalho industrial, contidas em dois ensaios escritos para a investigação sobre *Seleção e adaptação* promovida pela *Verein für Sozialpolitik* entre 1909 e 1911 (DE FEO, 1992). O centro do interesse dos dois autores é a avaliação de um fenômeno de racionalização produtiva que leva consigo uma espetacular racionalização da conduta de vida. Um processo que é considerado “objetivo”, irreversível, a ser enfrentado na investigação sobre um novo tipo de homem e sobre suas características éticas e políticas.

A formalização das relações sociais que no âmbito político leva à crescente burocratização é espelhada no âmbito produtivo com uma nova forma de interação entre homem e natureza que cria uma nova relação entre trabalhador e processo de trabalho, entre trabalho e capital, entre “tipos humanos” diferentes. Uma análise comparada das duas contribuições - mesmo que partindo do pressuposto que os escritos weberianos dificilmente tenham chegado diretamente a Gramsci - pode mostrar uma conceitualização comum que opera no ponto mais dinâmico e que anuncia as mudanças do ponto de vista produtivo, mas *também* da organização social: a dimensão do trabalho industrial na grande fábrica moderna.

Gramsci não esteve jamais na América, *Americanismo e fordismo* é o fruto de uma série de sugestões obtidas da leitura de livros e artigos

consultados essencialmente no cárcere. As escassas fontes através das quais se pode reconstruir a trama teórica das notas gramsciana são dois livros de Lucien Romier (1927) e André Siegfried (1927), três volumes de Henry Ford (1926, 1926, 1931) e, provavelmente, um opúsculo do sociólogo belga Henri De Man (1919). Por fim, duas fontes “literárias”: o romance *Babbit* de Sinclair Lewis (1930) e o número especial de *Die Literarische Welt* sobre literatura americana, que Gramsci traduz no cárcere⁶.

As páginas que Weber dedica ao tema “seleção e adaptação” têm uma gênese diversa. Weber percorreu no verão de 1908 uma indústria têxtil da família em Oerlinghausen, quando «imerso no exame dos livros de pagamento e dos quadros de registros de horário, cálculo das curvas de desempenho por hora, dia e semana dos tecelões, com o propósito de sondar as causas psicofísicas das variações da produtividade» (WEBER, 1995, p. 414). Sua pesquisa de campo é enriquecida com o exame cuidadoso dos estudos existentes na época sobre psicofísica, em particular os de Emil Kräpelin. Weber precisa seu interesse já nas primeiras páginas de *Por uma psicofísica do trabalho industrial*:

A presente investigação busca estabelecer, de um lado, qual efeito a *Grande indústria* exerce sobre as características pessoais, destino profissional e mesmo sobre o “estilo de vida” extraprofissional dos trabalhadores, quais qualidades psíquicas e físicas são desenvolvidas neles e como tudo isso se manifesta na condição geral de sua vida; de outro lado, em que medida a grande indústria depende, para seu desempenho e seus percursos de desenvolvimento, de determinadas características dos trabalhadores com base em sua origem étnica, social, cultural, tradição e condições de vida. (WEBER, 2000, p. 37).

Podemos já traçar o duplo movimento que Weber pretende realizar. De um lado, estudar os processos de seleção do “corpo social produtivo”⁷ que a moderna indústria realiza e que “favorecem” algumas «qualidades “caracterológicas”» (WEBER, 2000, p. 53) em relação a outras, mesmo alguns “tipos humanos” em relação a outros. De outro, estudar

⁶ Antonio Gramsci, *caderno A*, “*Die Literarische Welt*” - número especial de 14 de outubro de 1927, dedicado à Literatura dos Estados Unidos, em Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, Vol. I, *Quaderni di traduzioni (1929-1932)*, Tomo 1, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, 2007, p. 43-120.

⁷ *Metamorfosi del corpo sociale produttivo* é o título do posfácio de Giuseppe Cascione a Max Weber, *Per una psicofísica del lavoro industriale*, in Id., *La fabbrica dei corpi. Studi sull'industria tedesca*, a cura di Angelo Chielli e Giuseppe Cascione, Bari, Palomar, 2000, p. 115-45.

como e quanto a moderna indústria depende em suas possibilidades de desenvolvimento de características específicas do corpo social produtivo, sejam essas étnicas, sociais, culturais ou mesmo características psicofísicas gerais. Se nos concentrarmos na primeira destas duas relações, que trata do tipo de trabalhador que a indústria moderna seleciona e promove, podemos começar a ver o caminho comum seguido por Weber e Gramsci. Escreve Weber dando as indicações gerais aos pesquisadores da *Verein*:

[...] deve-se estudar de um lado o tipo de “processo de seleção” que a grande indústria, em conformidade com as suas próprias necessidades, implementa sob a população com a qual está vinculada através de seu destino profissional; de outro, o tipo de “adaptação” do pessoal empregado no trabalho “físico” ou “intelectual” nas grandes indústrias às condições de vida que estes devem oferecer-lhes. Ao fazer isso, nós nos aproximaremos gradualmente da resposta para a seguinte pergunta: que tipo de homem é forjado pela grande indústria como consequência de sua característica intrínseca, e qual destino profissional (e, indiretamente, também extraprofissional) que essa lhe prepara? (WEBER, 2000, p. 82-83).

A grande indústria, com as suas necessidades específicas, *seleciona* e realiza o *processo de adaptação* do corpo social produtivo, modificando o destino profissional, mas também extraprofissional, do novo tipo de trabalhador. A seleção baseia-se nas «intrínsecas características» da indústria, que estão cada vez mais direcionadas para uma decomposição e mecanização do trabalho e para promover comportamentos e predisposições para a ritmização, o automatismo e a aquisição de um novo nexos psicofísico que repercute necessariamente também sobre o destino extraprofissional do trabalhador. A mudança do nexos psíquico que a indústria moderna requer é um ponto central também da análise de Gramsci, que escreve no caderno 22 como «a vida na indústria demanda um tirocínio geral, um processo de adaptação psico-físico a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não são inatas, “naturais”, mas precisam ser adquiridas» (Q 22, 3, p. 2149).

A aquisição de um novo «nexos psicofísico» (Q 22, 11, p. 2165) é, portanto, o tema central de ambas análises. Um nexos que é *criado e selecionado* com base nas exigências industriais e dos novos métodos produtivos, mas que representa uma etapa histórica no processo mais geral

de “seleção e adaptação” que ocorre na humanidade a cada mudança de civilização. Gramsci entende esse processo em sua generalidade e não se escandaliza diante de sua profundidade e violência.

A seleção ou “educação” do homem adaptado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de brutalidades inauditas, atirando no inferno das subclasses os frágeis e os refratários ou os eliminando totalmente. A cada advento de novos tipos de civilização, ou no curso do processo de desenvolvimento, ocorreu crise (Q 22, 10, p. 2161).

Desuaparte, já no *Discurso* de Friburgo (1895) Weber havia dirigido sua atenção aos problemas relacionados à seleção dos tipos humanos no *desenvolvimento da civilização*, estudando a mudança da composição social nos territórios ao leste do Elba como consequência do desenvolvimento capitalista na agricultura (cfr. FERRARESI; MEZZADRA, 2005). Assim, se o ordenamento das relações sociais influencia a seleção do tipo humano, a grande indústria moderna é seguramente um dos fatores mais relevante na mudança deste ordenamento. Weber, como recordamos, escreve os dois ensaios sobre a psicofísica do trabalho industrial em contato direto com os operários da fábrica têxtil em Oerlinghausen, mas também apoiado nas impressões obtidas na longa viagem aos Estados Unidos no ano precedente, onde visitou os modernos complexos industriais e estudou as características dos novos trabalhadores, assim como os grandes abatedouros de Chicago, onde «no ritmo de seu trabalho [...] os operários são sempre ligados à máquina que os empurra adiante» (cit. in WEBER, 1995, p. 366). Gramsci, não tendo uma experiência direta como Weber, sublinha como «na América a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, em conformidade com o novo tipo de trabalho e de processo produtivo» (Q 22, 2, p. 2146). Ambos reconhecem o fascínio de uma mudança assim relevante, identificando o modelo americano - nas palavras de Gramsci - como «o maior esforço coletivo verificado até agora para criar com rapidez inaudita e com consciência do fim nunca visto na história um tipo novo de trabalhador e de homem» (Q 22, 11, 2165). Portanto, podemos dizer que os estudos weberianos *Sobre a psicofísica do trabalho industrial* e o gramsciano caderno 22 dedicado ao *Americanismo e fordismo* enfrentam o mesmo núcleo de problemas: qual tipo humano é forjado na grande indústria moderna? Qual é o novo nexos psico-físico

adequado aos novos métodos produtivos? E, enfim, qual *qualidade* de homens reserva este desenvolvimento e qual o “futuro político” desta nova humanidade? (cfr. BARATTA; CATONE, 1989).

Weber inicia a exposição sobre a psicofísica apontando como os «extraordinários progressos da pesquisa antropológica, fisiológica, psicológico-experimental e psico-patológica» não correspondem a sua utilização na «análise sócio-científica do trabalho econômico» (WEBER, 1983, p. 121). A colaboração entre estas disciplinas e «a ciência social do trabalho moderno» deveria ao contrário «constituir o ponto de partida para qualquer discussão». Weber explicita esta convicção apoiando-se na seguinte consideração:

Qualquer processo de “divisão do trabalho” e “especialização”, especialmente a “desmontagem do trabalho” dentro das grandes empresas modernas, qualquer mudança do processo de trabalho em geral devido à introdução e à mudança de instrumentos de trabalho (máquinas), qualquer mudança na jornada de trabalho e nas pausas de trabalho, qualquer introdução ou mudança no sistema de pagamento que visa a premiação de determinados rendimentos qualitativos e quantitativos de trabalho, - cada um desses processos significa, em cada caso particular, uma mudança das exigências colocadas ao aparato psicofísico do trabalhador. (WEBER, 1983, p. 121).

Há já aqui um eficaz sumário dos elementos que para Weber influenciam a seleção e a adaptação dos trabalhadores à grande indústria: inovação tecnológica e nova relação homem/máquina, tempo de trabalho e sua intensidade, organização do sistema de salário. Aquilo que interessa Weber não é uma análise das mudanças tecnológicas «como um fim em si», mas sobretudo «*apenas* a acurada análise das manipulações que os operários devem efetuar um vez colocados diante da máquina [...] a partir do problema de quais capacidades específicas são potencializadas como resultado da concreta manipulação característica de cada categoria de operários». Para fazer isto – prossegue – é preciso estudar a relação entre a aquisição destas características e «a diversidade da *proveniência* geográfica, étnica, social e cultural dos trabalhadores e o eventual efeito exercido sobre a *capacidade* de aprendizagem» (WEBER, 2000, p. 49). As questões sobre as quais a investigação deve oferecer uma resposta ao menos parcial estão então relacionadas com a «qualidade “*caracterológica*” dos

trabalhadores, assim como com o desenvolvimento da grande indústria» (WEBER, 2000, p. 53).

A análise weberiana sobre esse tema encontra-se em um nível ainda “exploratório”. Em 1908-1909, anos nos quais são redigidos seus dois ensaios, a *scientific management* é ainda pouco conhecida e empregada nos Estados Unidos, e somente dois anos depois foi publicado o *Principles of scientific management* de Taylor e Henry Ford se preparava para a produção em grande escala e introdução no mercado do seu modelo T. Os estudos weberianos são, portanto, orientados pela percepção da necessidade de estudar um fenômeno novo, consciente de suas consequências epocais em termos de «qualidade “caracterológica” dos trabalhadores» (WEBER, 2000, p. 53), mas não ainda capazes de formular um juízo histórico ou de identificar tendências sobre as modificações em curso. Se Weber escreve seus ensaios no despertar das mudanças epocais, Gramsci, ao contrário, escreve as notas sobre o *Americanismo e fordismo* entre 1929 e 1934, quando a revolução fordista havia já desenvolvido boa parte de seu potencial, e assim pode refletir, ainda que parcialmente, sobre um fenômeno que havia já começado a delinear algumas coordenadas “epocais”. Sua atenção, no entanto, concentra-se no ponto já fixado por Weber, ou seja, sobre o novo nexos psicofísico que a indústria “seleciona” e busca “adaptar” no novo tipo de trabalhador.

Taylor [...] expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. (Q 22, 11, p. 2165).

A parte “destrutiva” do processo em curso, diante da qual Gramsci não se escandaliza, «na verdade não se trata de uma novidade original: trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que se iniciou com o nascimento do industrialismo, fase que é somente mais intensa que as precedentes e que se manifesta em formas mais brutais». O nexos psicofísico do trabalhador qualificado é rompido, ocorrendo assim «uma seleção forçada, uma parte da velha classe trabalhadora será impiedosamente

eliminada do mundo do trabalho e mesmo do mundo *tout court*». Mas a ruptura desse nexos e a seleção resultante abre caminho para um «novo nexos psicofísico de tipo diferente do precedente» (Q 22, 11, p. 2165), com novas características e, provavelmente, novas potencialidades políticas. É esse processo de «adaptação psicofísica à nova estrutura industrial» (Q 22, 2, p. 2146) que interessa Gramsci, tendo como plano de fundo uma possível racionalização «não de marca americana, para transformar em “liberdade” aquilo que hoje é “necessidade» (Q 22, 15, p. 2179). A primeira questão a qual Gramsci responde trata então do «*alcance objetivo* do fenômeno americano» (Q 22, 11, p. 2165).

Postas estas questões, apresenta-se o seguinte problema: se o tipo de indústria e de organização do trabalho e de produção próprio da Ford é “racional”, isto é, se pode e deve generalizar-se, ou se, ao contrário, trata-se de um fenômeno mórbido a ser combatido com a força dos sindicatos e com a legislação. Ou seja: se é possível, com a pressão material e moral da sociedade e do Estado, fazer com que os operários como massa sofram todo o processo de transformação psicofísica capaz de transformar o tipo médio do operário Ford no tipo médio do operário moderno, ou se isto é impossível, já que levaria à degeneração física e à deterioração da espécie, destruindo toda força de trabalho (Q 22, 13, p. 2173).

A questão é abordada, com o mesmo tom e quase com as mesmas palavras que Weber havia utilizado vinte anos antes, é então: o que anunciam para o futuro as mudanças na indústria moderna? O que promovem estes «elementos de “nova cultura” e de “novo modo de vida” que hoje se difundem sob a etiqueta de americana»? (Q 22, 15, p. 2179). Eles são “racionais”, capazes de se generalizar e forjar um novo “tipo humano”? E qual o futuro para este “homem novo”? Gramsci responde à questão de forma precisa e circunstanciada, associando ao tema técnico-científico a questão do domínio como disciplinamento.

Parece ser possível responder que o método Ford é “racional”, isto é, deve se generalizar, mas para isso é necessário um longo processo, no qual ocorrerá uma mudança nas condições sociais e dos costumes e hábitos individuais, o que não pode ocorrer apenas através de “coerção”, mas apenas com uma combinação de coação (autodisciplina) e persuasão (Q 22, 13, p. 2173).

O «fenômeno americano» tem um «*alcance objetivo*», (Q 22, 11, p. 2165) no sentido que tenderá a se generalizar visto sua superioridade em termos de eficácia e eficiência do trabalho, mas Gramsci subordina esta generalização do modelo às «condições sociais», a «uma mudança dos costumes e hábitos individuais» que não podem ocorrer senão com «uma combinação de coação (autodisciplina) e persuasão». Se a persuasão, nesta citação, é representada pelos altos salários que Ford paga aos trabalhadores qualificados, é interessante notar como a «coação» não é definida como “imposição”, mas como «autodisciplina», isto é, como processo por certo compulsório, e por vezes também violento, mas que depende também da vontade do sujeito sobre o qual o domínio se exercita. Os novos métodos industriais, assim como o novo tipo de trabalhador, podem então se generalizar apenas na medida em que o estímulo à criação de um novo nexos psicofísico “a partir do alto” – como os altos salários ou aquilo que Weber chama de «chicote constantemente ameaçador do “desemprego”» (WEBER, 1983, p. 179) – coincide com um estímulo correspondente “de baixo”, ou seja, o trabalhador mesmo, que deve apresentar as características que lhe permitam manter o novo, diverso e mais oneroso nexos psicofísico: «As iniciativas “puritanas” têm apenas o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção» (Q 22, 11, p. 2166). Entram assim em jogo, na formação e manutenção do novo nexos, elementos extralaborais como o uso do álcool, a regulação do instinto sexual e a ética religiosa. Gramsci dedica a maior parte das páginas de *Americanismo e fordismo* a estes componentes não estritamente técnico-econômicos (tayloristas) do modelo: «os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida: não se pode obter sucesso em um campo sem obter resultados tangíveis no outro» (Q 22, 11, p. 2164). Ao lado das forças econômicas que pressionam para a difusão das novas técnicas de produção, importantes mecanismos de “organicidade social” jogam a mesma partida em terrenos diversos.

É preciso então referir-se às relações técnicas de produção, a um determinado tipo de civilidade econômica que para ser desenvolvida demanda um determinado modo de viver, determinadas regras de conduta, um certo costume. Ocorre persuadir-se que não é apenas

“objetivo” e necessário um certo instrumento, mas também um certo comportamento, uma certa educação, um certo modo de convivência, etc. (Q 16, 12, pp. 1875-76).

O homem e o trabalhador não são mais duas entidades distintas, mas sim duas faces da mesma moeda e ambas devem ser racionalizadas, no campo social e econômico, com a finalidade de consolidar o novo modelo produtivo. Aos olhos de Gramsci, esse processo se desenrola no mundo moderno de modo sempre mais abrangente: a «persuasão», a «direção», a «hegemonia» em si, não são mais do que tentativas de formalizar conceitualmente esta mudança, de começar a lidar com o lado “social” da política e da economia.

Mas o americanismo chega a concluir essa racionalização social? Gramsci parece responder negativamente a esta questão: «é ainda a fase de adaptação psicofísica a nova estrutura industrial, buscada através dos altos salários; ainda não se verificou (antes da crise de 1929), salvo talvez de modo esporádico, nenhum florescimento “superestrutural”, isto é, não foi ainda posta a questão fundamental da hegemonia» (Q 22, 2, p. 2146). O equilíbrio psicofísico do novo trabalhador preservado das «iniciativas “puritanas” [...] só pode ser puramente externo e mecânico, mas pode se tornar interno se for proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora, por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais» (Q 22, 11, p. 2166). A seleção e adaptação dos trabalhadores, em seus componentes estimulados a partir “de baixo” para a criação “orgânica” de um novo nexos psicofísico, não produzem nos operários um equivalente ético àquilo que para os capitalistas é a ética do trabalho, mas ao contrário, fazem emergir uma subjetividade operária que luta no interior das relações de forças na fábrica. Um dos passos mais controversos caderno 22 exprime de modo exploratório esta convicção.

Quando o processo de adaptação se completou, verifica-se na realidade que o cérebro do operário, em vez de mumificar-se, alcançou um estado de completa liberdade. Mecanizou-se completamente apenas o gesto físico; a memória do ofício, reduzido a gestos simples repetitivos com ritmo intenso, “aninhou-se” nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre e desimpedido para outras ocupações. [...] Os industriais americanos entenderam muito bem [...] que “gorila

amestrado” é uma frase, que o operário “infelizmente” continua homem e até mesmo que, durante o trabalho, pensa mais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, ao menos quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado: e não somente pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, e que ele compreenda que se quer reduzi-lo a um gorila amestrado, pode levá-lo a um curso de pensamento pouco conformistas. (Q 22, 12, p. 2170-71).

Sobressai, aqui como em outras passagens, a convicção gramsciana que o americanismo – como racionalização do processo produtivo – é um fenômeno “objetivo”, mas que pode e deve ser declinado pela “parte operária”. Um processo que realizou uma seleção e uma adaptação do corpo social produtivo às novas exigências industriais segundo uma lógica brutal e mecânica, tanto no comportamento laborativo como extralaborativo, mas que não pode fazê-lo, sob o risco latente do conflito de classe, sem um correspondente autodisciplinamento “por parte do operário”, certamente não sensível à ética do trabalho como fruto secularizado do ascetismo protestante (RICCIARDI, 2005). A «crise» ditada pelo «advento dos novos tipos de civilização» são caracterizadas por Gramsci como «crises de libertinagem», que atingem sobretudo «as classes médias e mesmo uma parte da classe dominante, que sentiu também a pressão coercitiva que era necessariamente exercida sob toda a área social». As massas operárias, por sua vez, sob o julgo da seleção e da adaptação do qual depende sua *possibilidade* de vida, são as primeira a adquirir «os hábitos e os costumes necessários aos novos modos de vida», sobretudo porque «continuam a sentir a pressão coercitiva sobre as necessidades elementares de sua existência» (Q 22, 10, pp. 2161-62).

Na realidade, os trabalhadores qualificados italianos, nem como indivíduos nem como sindicatos, nem ativamente e nem passivamente, se opuseram às inovações tendentes à redução dos custos, à racionalização do trabalho, à introdução dos automatismos mais perfeitos e da mais perfeitas organizações técnicas do conjunto da empresa. Muito pelo contrário. Uma análise cuidadosa da história italiana antes de 1922 e mesmo antes de 1926, que não se deixe levar pelas estrepitosas aparências exteriores, mas saiba captar os motivos profundos do movimento operário, deve levar à conclusão objetiva de que o precisamente os operários foram os portadores das novas e mais modernas exigências industriais e, ao seu modo, defenderam-

nas implacavelmente; pode-se mesmo dizer que alguns industriais compreenderam esse movimento e tentaram se apropriar dele (é desse modo que se pode explicar a tentativa feita por Agnelli de absorver “L’Ordine Nuovo” e a sua escola no complexo Fiat, e bem como de instituir assim uma escola de operários e de técnicos especializados tendo em vista uma radical mudança industrial e do trabalho através de sistemas “racionalizados”). (Q 22, 6, p. 2156).

Gramsci recorda «a tentativa feita por Agnelli de absorver “L’Ordine Nuovo” e a sua escola no complexo Fiat» uma vez constatada que esse era capaz de afirmar «uma forma própria de “americanismo” aceitável pelas massas operárias» (Q 22, 2, p. 2146). Sustenta Gramsci que, longe de se relacionar corporativamente rejeitando as inovações, os operários qualificados demonstram uma sólida vontade de desenvolver o aparato produtivo. Esta é uma possibilidade, indissolúvel do seu processo de auto-organização e do percurso revolucionário iniciado pelo “L’Ordine Nuovo”, que levaria a « transformar em “liberdade” aquilo que hoje é “necessidade»» (Q 22, 15, p. 2179).

Temos assim os operários como sujeitos do processo de inovação dos métodos produtivos e sobre os quais se exerce uma pressão coercitiva para um novo nexos psicofísico ditado pela necessidade de sobrevivência. Mas esse nexos não é interiorizado pelo mesmo mecanismo que regula a ética adquirida do capitalista. Esse, ao contrário, não é interiorizado senão através das iniciativas puritanas que chegam a conservar um «equilíbrio [...] puramente exterior e mecânico» (Q 22, 11, p. 2166), ou do sempre ameaçador “chicote do desemprego”. A classe operária, agora um sujeito político, encontra-se assim inserida em um verdadeiro campo de forças no qual, de um lado, é “obrigada” recriar o seu próprio nexos psicofísico para se adaptar à indústria moderna e, por outro, para lutar contra a imposição mecânica deste nexos para libertar-se do controle capitalista e poder se desenvolver completamente.

Também Weber, na descrição da «disciplina» necessária para a revolução dos métodos produtivos, parece dedicar atenção para este lado “operário” da disciplina quando menciona que se “necessitaria de uma análise muito precisa para saber se a educação socialista ou uma introdução

mais tardia ao ideário do socialismo também poderia ser apropriada para despertar qualidades dormentes que favoreçam o rendimento de trabalho” (WEBER, 1983, p. 212). Mas esta atenção é sempre colocada nos termos de uma “racionalização produtiva”, nunca no “uso operário do americanismo”; sempre direcionada à disciplina da classe operária na “comunidade” nacional, nunca como constituição política autônoma de uma classe capaz de tomar o poder e organizar a produção. A atenção de Weber aos comportamentos operários é enfatizada algumas páginas adiante, quando ele sublinha «o fato que as “convicções” do operariado e especialmente suas respectivas relações com o empresário influenciarem o rendimento [...]. Além disso, as reclamações sobre as “freadas” dos trabalhadores já são antigas» (WEBER, 1983, p. 205). Ou ainda, quando escreve que «empresários suficientemente imparciais costumam admitir, na questão da qualidade dos sindicalistas socialdemocratas enquanto trabalhadores, com grande regularidade e em indústrias muito diferentes entre si: que de acordo com sua *capacidade* de rendimento, normalmente encontram-se na ponta entre todos os trabalhadores» (WEBER, 1983, p. 210). Mas ser um sindicalista, assim como ter convicções positivas em relação ao trabalho, não são em Weber elementos que conduzem para uma possível organização diversa das relações de classes. São, para ele, “características” específicas que a organização industrial deve saber selecionar, tendo em vista a formação de um corpo social produtivo *adaptado* às exigências psicofísicas da indústria moderna através de um processo de disciplinamento (RICCIARDI, 2005). As características a se investigar são múltiplas.

Ao lado dos “eventos profissionais”, deverá ser objeto de investigação também o “estilo de vida” extraprofissional. [...] sobre o que se deverá indagar, em um primeiro momento em termos muito gerais, em que medida se encontram diferenças notáveis entre os operários da grande indústria em relação às correspondentes condutas de vida dos outros estratos da população que dispõem de uma renda similar e análoga formação escolar, no que diz respeito à vida familiar, a educação dos filhos, a forma e os costumes da vida social, os hábitos alimentares e de bebidas, as tendências de interesses intelectuais e estéticos e o tipo e a quantidade dessas atividades neste campo (leitura), as relações com a escola, as formas oficiais da vida religiosa e os problemas religiosos, ou de outro tipo relacionados à “visão do mundo”, etc. (WEBER, 2000, p. 106-07).

É retomada neste âmbito de reflexão a contínua polêmica que Weber mantém contra quem enfatiza excessivamente o caráter hereditário, entendido como biológico, das predisposições ou modos de agir específicos: «se a psicopatologia pode ensinar algo, é a necessidade de estar atento e não considerar precipitadamente qualidades complexas e específicas como “herdadas” no sentido biológico e também a ser o mais cauteloso possível com a suposição da transmissão “hereditária” (no sentido biológico) de qualidades psíquicas e psicofísicas “adquiridas” que determinam a aptidão para o trabalho» (WEBER, 1983, p. 287-89). Este é outro elemento compartilhado com Gramsci, que afirma a historicidade dessas atividades e predisposições: «ao conceito de “natural” se contrapõe àquele de “artificial”, de “convencional”. Mas o que significa “artificial” e “convencional” quando se refere aos fenômenos de massa? Significa simplesmente “histórico”, adquirido através do desenvolvimento histórico» (Q 16, 12, p. 1878).

Da análise conduzida pode-se afirmar que há, tanto em Weber quanto em Gramsci, uma atenção à racionalização da atividade extralaborativa, da esfera da vida privada do operário moderno, que é funcional à manutenção de um nexos psicofísico que o permite suportar os novos ritmos e o novo tipo de desempenho requerido pela grande indústria. Dois elementos principais são ressaltados nesta análise: o consumo de álcool e a regulação do instinto sexual. Escreve Gramsci:

[...] a luta contra o álcool, o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho, torna-se função do Estado. É possível que outras lutas “puritanas” também se tornem função do Estado [...]. Uma questão ligada àquela do álcool é a questão sexual: o abuso e a irregularidade das funções sexuais são, depois do alcoolismo, os inimigos mais perigosos das energias nervosas e é observação comum que o trabalho “obsessivo” provoca depreciação alcoólica e sexual (Q 22, 11, p. 2166).

Transformar em «função do Estado» tais prescrições significa que a conduta pessoal que eram «juridicamente indiferentes» (Q 6, 98, p. 773) e pertenciam à “vida privada” do indivíduo tornaram-se objeto de interesse e de regulação por parte do Estado, como no caso do proibicionismo, no âmbito de um «Estado [como] instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica» (Q 10, II, 15, p. 1254). A citação resume os três elementos que a reflexão gramsciana propõe como chave de leitura da

racionalização extra-laborativa: 1) o álcool, assim como todo fenômeno que influencia a capacidade laborativa do operário, torna-se «função do Estado», ou seja, a própria vida passa a fazer parte do processo disciplinar que alcança o homem em todas as suas esferas de existência; 2) as «iniciativas puritanas» para a moralidade dos operários estão, na América, no centro deste trabalho de racionalização extralaborativa; 3) a regularidade das «funções sexuais» e a definição estável da figura feminina são elementos imprescindíveis para a manutenção do nexos psicofísico que a indústria moderna requer. No que diz respeito aos dois primeiros elementos – a regulação do uso do álcool e as iniciativas puritanas – Gramsci reitera como:

[...] na América a racionalização do trabalho e o proibicionismo são indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a moralidade dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem ironizasse estas iniciativas (mesmo fracassadas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo”, estaria se negando a possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano (Q 22, 11, pp. 2164-65).

Esta pressão que se exerce sobre o corpo social serve para «manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, [...] a sua eficiência muscular-nervosa», assim como para «ter um quadro estável de trabalhadores qualificados, um conjunto permanentemente harmonizado» (Q 22, 11, p. 2166). À regulação do «instinto sexual» Gramsci dedica uma longa nota no caderno 22, na qual, depois de tratar da grande importância atribuída à questão sexual nas “utopias”, do desenvolvimento de uma sexualidade tratada como “esporte”, da função econômica da reprodução na sociedade assim como na família, ele explicita o elemento central de sua reflexão sobre o tema.

A mais importante questão ético-civil ligada à questão da sexualidade é a formação de uma nova personalidade feminina: enquanto a mulher não tiver alcançado não apenas uma real independência frente ao homem, mas também um novo modo de conceber a si mesma e o seu papel nas relações sexuais, a questão sexual continuará repleta de aspectos mórbidos e será preciso ter cautela em qualquer inovação legislativa. (Q 22, 3, p. 2149-50).

A questão da regulação do instituto sexual está também presente nas páginas weberianas sobre seleção e adaptação. Weber não está interessado como Gramsci pelo “problema feminino” entendido como criação de uma nova personalidade, mas muito mais atento à estreita ligação que a questão sexual tem com a manutenção da capacidade psicofísica dos operários da fábrica moderna, sejam esses homens ou mulheres. Quanto aos operários homens, afirma que «trabalho mais folgado e afrouxamento mais precoce devem ser frequente consequência de celibato demasiado longo – isto é, além do período entre o 25º - 30º ano de vida» (WEBER, 1983, p. 223). Para tratar das operárias, Weber reporta ao exemplo extraído da experiência na fábrica de Oerlinghausen.

[...] a moça, que se desligou da empresa para se casar, já estava noiva na época dos rendimentos de trabalho acima e o domingo, portanto, não deve ser considerado exatamente como um “repouso”. Nós continuaremos a encontrar a influência de “desgastes eróticos” e também os explicitaremos através do exemplo dessa operária. (WEBER, 1983, p. 201).

As referências aos excessos sexuais e os estímulos eróticos surgem no texto repetidamente, mas não é tratado a fundo e em vez disso aparece como um dos muitos exemplos de conduta que influenciam a produtividade do trabalhador. Temos, portanto, também em Weber o interesse pelos elementos que «condicionam o desenvolvimento da capacidade de trabalho de uma forma significativa», entre os quais estão «os efeitos dos hábitos alimentares (em parte, relacionados à qualidade de dona de casa da mulher do operário), o consumo de álcool, as condições de higiene das habitações, em certos casos a influência da vida sexual» (WEBER, 2000, p. 79). Mas a atenção de Weber fixa-se sobretudo nos efeitos que estas condutas têm na produtividade, na estabilidade psicofísica, na disponibilidade dos operários ao trabalho.

Podemos então interpretar tais fatos à luz do hábito pietista de desprezar os lugares de divertimento (como os salões de dança) como consequência da “ascese protestante”, em outras palavras, como consequência de uma disposição interior voltada para o trabalho “desejado por Deus”. Um traço característico da religiosidade destes círculos se exprime na hostilidade a toda forma de sindicalização; trata-se de um antigo “individualismo”, entendido em um sentido religioso

e também patriarcal, fonte de um comportamento de “disponibilidade ao trabalho”. Os trabalhadores educados em condições e práticas similares são, obviamente, um ótimo investimento para o empresário e, do ponto de vista do seu interesse, ele não pode senão lamentar o fato de que o poder da devoção está se rompendo entre os trabalhadores do sexo masculino. (WEBER, 1983, p. 211).

No decorrer dessa análise Weber não pôde deixar de reconhecer como o estilo de vida próprio do ascetismo protestante vai gradualmente desaparecendo e sendo substituído por uma coerção mecânica guiada pela técnica e que não contempla nenhum conteúdo ético, não se presta para qualquer decodificação nos termos de uma ética conforme um fim.⁸ Weber registra, quase com nostalgia, o enfraquecimento do estímulo ético em conformidade a este específico estilo de vida, a secularização dos imperativos ético-religiosos, até o esvaziamento total de sentido deste disciplinamento moderno para avançar a uma constrição sempre mais mecânica guiada pela técnica e que deixa o homem desarmado diante da «gaiola de aço» da racionalização.

À perda de sentido do mundo – dada pela secularização da ética puritana transformada em uma árida vontade aquisitiva, pelo crescimento dos aparatos que se tornam “gaiolas” e pelo desaparecimento da capacidade humana de “criar seu próprio destino” – Weber não deixa de responder senão invocando a força de ânimo individual capaz de suportar o peso desta ausência. Mostram-se assim o emprego tardoliberal das categorias weberianas, individualizantes de fato e ligadas à figura de uma individualidade *forte* capaz de *aceitar* e, com o advento dos relativismos de valores, capazes de *escolher*, o próprio destino profissional e de vida. O capitalismo, em sua forma avançada caracterizada pela grande indústria, é então um “problema” no sentido em que amplifica ao nível da produção um processo de esvaziamento que em outros âmbitos, como o religioso, tinha já progredido. Esta perspectiva é coerente com a reiterada afirmação de indiferença em relação ao domínio de classe sobre a produção para o destino dos operários: não há saída no universo weberiano para o

⁸ Os estudos sobre seleção e adaptação na grande indústria surgem, não por acaso, logo após a primeira versão de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904-05). A coerência de fundo entre os dois estudos em relação ao “problema” central de Weber já foi algumas vezes sublinhada: cfr. A introdução de Angelo Chielli a Weber (2000) e Marianne Weber em Weber (1995, p. 444).

trabalhador da moderna indústria capitalista, «na “gaiola” não há espaço para uma conduta de vida: a racionalização a elimina. Basta a disciplina». Gramsci por sua vez, reconhecendo a “objetividade” das mudanças produzidas pelos fenômenos como o americanismo e o fordismo, vê no conflito que os operários introduzem a possibilidade de uma utilização “de parte” destas inovações, reivindicando uma subjetividade operária que se exprime justamente no nível de “base” do trabalho de fábrica e também uma possível solução à questão sexual e ao caráter mórbido que essa traz consigo. Gramsci não compartilha assim a verdadeira “desesperança” weberiana pela ausência de uma conduta de vida ética, mas sim pensa ser possível recriá-la laicamente, sobre uma base secularizada, ligando-a com as mudanças em curso através de um processo de “difusão molecular” que crie uma nova civilização.

Que o processo atual de formação molecular de uma nova civilização possa ser comparado ao movimento da Reforma pode ser demonstrado também com o estudo de aspectos parciais dos dois fenômenos. O nó histórico-cultural a ser resolvido no estudo da Reforma é o da transformação da concepção de graça, que “logicamente” deveria portar o máximo de fatalismo e de passividade, em uma prática real de desenvoltura e iniciativa de escala mundial da qual era [por sua vez] consequência dialética e que formou a ideologia do capitalismo nascente. (Q 7, 44, pp. 892-93).

Nessa frase de Gramsci há uma assunção plena dos estudos weberianos sobre o ascetismo intra-mundano.⁹ A nota assim prossegue:

Mas nós vemos ocorrer hoje o mesmo com a concepção de materialismo histórico; embora dessa, para muitos críticos, não pode derivar “logicamente” senão o fatalismo e a passividade, na realidade, em vez disso, dá origem a um florescimento de iniciativas e de realizações que deixa estupefatos muitos observadores. (Q 7, 44, p. 893).

Gramsci realiza, assim, um ato teórico de escopo notável comparando a «concepção de graça» weberiana com a «concepção de

⁹ Foi Fabio Frosini o primeiro a notar a derivação quase literal dessa passagem da *Ética protestante* de Weber em seu ensaio *Gramsci lettore di Croce e di Weber. Rinascimento, Riforma, Controriforma* (disponível on-line em: www.uniurb.it/Filosofia/frosini_materiali_in_linea_05.pdf). O ensaio de Frosini é útil também pela reconstrução filológica, atenta à data de redação das notas e à influência weberiana nos *Quaderni*.

materialismo histórico». A nova força social capaz de fundar uma «uma nova civilização», nascida das vísceras do processo de crise do individualismo burguês, tem sua própria ética secularizada sobre a qual baseia e justifica sua própria ação. Esta concepção, o materialismo histórico, assim como a concepção de graça puritana, reapresenta aquele que é um percurso geral dos processos de «formação molecular de uma nova civilização», isto é, a transformação de um impulso que parece ser o prelúdio de uma passividade determinista em uma potente força inovadora capaz de conceber novos modos de vida.

REFERÊNCIAS

- BARATTA, Giorgio. CATONE, Andrea (a cura di). *Tempi moderni: Gramsci e la critica dell'americanismo*. Roma: Edizioni associate, 1989.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e lo stato: per una teoria materialistica della filosofia*. Roma: Riuniti, 1976.
- CACCIARI, Massimo. *Introduzione*. In: WEBER, Max. *La scienza come professione. La politica come professione*. Mondadori: Milano 2006. pp. V-LX.
- DE FEO, Nicola Massimo. *Riformismo, razionalizzazione, autonomia operaia. Il Verein für Sozialpolitik 1872-1933*. Manduria: Lacaita, 1992.
- DE MAN, Henry. *Au pays du taylorisme*. Bruxelles: Le Peuple, 1919.
- FERRARESI, Furio. *Il fantasma della comunità: concetti politici e scienza sociale in Max Weber*. Milano: Franco Angeli, 2003.
- FERRARESI, Furio; MEZZADRA, Sandro. *Introduzione*. In: WEBER, Max. *Dalla terra alla fabbrica: scritti sui lavoratori agricoli e lo Stato nazionale (1892-1897)*. Roma-Bari: Laterza, 2005. pp. VII-XLVII.
- FORD, Henry. *Ma vie et mon oeuvre. Avec la collaboration de Samuel Crowther*. Paris: Payot, 1926.
- FORD, Henry. *Aujourd'hui et demain. Avec la collaboration de Samuel Crowther*. Paris: Payot, 1926.
- FORD, Henry. *Perché questa crisi mondiale? Con la collaborazione di Samuel Crowther*. Milano: Bompiani, 1931.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana*. Torino: Einaudi, 1975. 4 v.

GRAMSCI, Antonio. *La questione meridionale*: a cura di Franco De Felice e Valentino Parlato. Roma: Editori Riuniti, 1970.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni di traduzioni (1929-1932)*. In: GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2007. Tomo 1.

LEWIS, Sinclair. *Babbitt*. Paris: Librairie Stock, 1930.

MOMMSEN, Wolfgang J. *Max Weber e la politica tedesca (1890-1920)*. Bologna: Il mulino, 1993.

NEGRI, Antonio. *Studi su Max Weber (1956-65)*. In: NEGRI, Antonio. *Annuario bibliografico di filosofia del diritto*. Milano: Giuffrè, 1967.

RICCIARDI, Maurizio. *Il lavoro come professione. Macchine umane, ontologia e politica in Max Weber*. In "Etica & Politica", Trieste, v. 7, n. 2, p. 1-19, 2005. Disponível em: <<http://www.univ.trieste.it/~etica>>. Acesso em: 1 de setembro de 2016.

ROMIER, Lucien. *Qui sera le Maître, Europe ou Amérique?*. Paris: Librairie Hachette, 1927.

SIEGFRIED, André. *Les états-unis d'aujourd'hui*. Paris: Librairie A. Colin, 1927.

WEBER, Marianne. *Max Weber: una biografia*. Bologna: Il mulino, 1995.

WEBER, Max. *Parlamento e governo nel nuovo ordinamento della Germania*. In: WEBER, Max. *Parlamento e governo e altri scritti politici*, a cura di Luigi Marino. Torino: Einaudi, 1982. pp. 65-286.

WEBER, Max. *Sulla psicofisica del lavoro industriale*. In: WEBER, Max. *Metodo e ricerca nella grande industria*. Milano: Franco Angeli, 1983. pp. 121-291.

WEBER, Max. *Il Socialismo*. In: WEBER, Max. *Scritti politici*, a cura di Angelo Bolaffi. Roma: Donzelli, 1998. pp. 101-30.

WEBER, Max. *Economia e società*: a cura di Pietro Rossi. Torino: Edizioni di comunità, 1999. IV v.

WEBER, Max. *Per una psicofisica del lavoro industriale*. In: WEBER, Max. *La fabbrica dei corpi. Studi sull'industria tedesca*, a cura di Angelo Chielli e Giuseppe Cascione. Bari: Palomar, 2000. pp. 33-114.